

Campanha Salarial

Assembleia Geral nesta quinta, dia 11/07

Em uma postura perversa de ataque aos direitos trabalhistas e seguindo a política econômica do Governo Federal, a direção da ECT propõe uma profunda retirada de direitos conquistados no passado pela categoria. A Empresa procurou o tempo inteiro ignorar a Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores e inserir um discurso de prejuízo para tentar implementar sua proposta de retirada de direitos.

A postura da direção da Empresa revela o mais profundo descaso para com a categoria, ignorando a importância que os trabalhadores têm na sustentabilidade e nos bons resultados econômicos alcançados, que inclusive foram apresentados pela própria direção da ECT nas reuniões.

A proposta apresentada pela empresa é um tremendo deboche à categoria de Correios e não vamos aceitar esse tipo de provocação. É, no mínimo, falta de bom senso da ECT apresentar números econômico-financeiros positivos e na sequência querer cortar direitos históricos da categoria.

Diante da situação apresentada, o Comando Nacional de Mobilização e Negociação conclama toda a categoria a ampliar a mobilização através da realização de panfletagens, dentro e fora da categoria; carros de som explicando a situação proposital de desmonte da Empresa, denunciando o fechamento das agências próprias e as transferências compulsórias; realização de



audiências públicas nas assembleias legislativas e também nas câmaras municipais de cada cidade; realização de atos públicos em defesa dos Correios 100% público e de qualidade para a população; atuação constante nas redes sociais em defesa dos Correios e em todo tipo de trabalho que possa contribuir com a ampliação da mobilização dos trabalhadores e da população para defender os Correios da privatização.

Nesse entendimento, orientamos que os Sindicatos realizem suas assembleias no próximo dia 11.07, próxima quinta-feira, para repudiar estes ataques apresentados aos nossos direitos e ampliar a mobilização na categoria como forma de fortalecer ainda mais a luta contra a privatização dos Correios e em defesa dos nossos direitos e empregos.

Fortaleça a luta, participe das assembleias e defenda o seu emprego!

Assembleia Geral

Data: 11/07/2019

Horário: 18:30 horas

Local: Sede do SINTECT-MS

Pauta: Campanha Salarial



**Diga Não à Privatização!
Não ao Fechamento de
Agências Próprias!
Não às Transferências
Compulsórias!**

#Todos Pelos Correios.

Veja os ataques na proposta da ECT

No terceiro dia de negociação a empresa apresentou como proposta de act um verdadeiro ataque à direitos e benefícios historicamente conquistados, inclusive em momentos em que a categoria abriu mão de melhorias salariais para ampliar benefícios e conquistas sociais.

Não podemos aceitar retrocessos, pois cada item contido no nosso acordo coletivo foi conquistado com muita luta.

Confira ao lado algumas das propostas de retirada de direitos que a ECT apresentou.



- × Redução de tickets mensais;
- × Retirada do ticket de ferias;
- × Retirada do ticket extra (vale peru);
- × Aumento no compartilhamento dos tickets de 0,5% PARA 5,10 e em alguns casos ate 15%;
- × Exclusão do vale cultura;
- × Redução de gratificação de ferias, de 70% para 33%;
- × Redução do adicional noturno, de 60% para 20%;
- × Redução do repouso remunerado pela metade, de 200% para 100%;
- × Acabar com a comissão de acidentes de trânsito.

PLANO DE SAÚDE

Comissão da FENTECT voltou a se reunir com o TST

No último dia 24/06, a comissão da FENTECT que trata da questão do Plano de Saúde reuniu-se com os representantes do Tribunal Superior do Trabalho, sendo eles o Juíz Auxiliar da Vice-Presidência, Rogério Neiva e o técnico em gestão de saúde do Tribunal, Marcos Vinicius.

Na ocasião, foram apresentadas e discutidas sugestões ao relatório do TST produzido para discutir sobre a PMPP (Pedido de Mediação Pré-Processual), sobre a manutenção dos pais e mães no Plano de Saúde, além as questões discordantes sobre os altos custos das mensalidades, impostas aos trabalhadores, após a sentença de 12/04/2018.

Segundo o membro da comissão, Emerson Marinho, que também é diretor de assuntos previdenciários da federação, “na

oportunidade tivemos a chance de apontar algumas sugestões ao estudo apresentado pelo TST, sobre algumas formas em nossa ótica de manter nossos pais como dependentes, sem que se traga prejuízos maiores para os trabalhadores. Também conversamos sobre os problemas financeiros causados aos trabalhadores, na forma de descontos das mensalidades e cooparticipações, pós julgamento do TST sobre o tema constante na cláusula 28 do ACT.”

Também foi conversado com Juiz Rogério Neiva, sobre a precarização e sucateamento que o plano de saúde dos Correios vem sofrendo, mesmo depois da criação da mensalidade, com vários descumprimentos, suspensões de atendimentos por falta de pagamentos aos

prestadores de serviços, e que isso, na visão dos trabalhadores não se justifica, uma vez que com o início das cobranças de mensalidade e cooparticipações, desde abril de 2018, os Correios passaram a obter por mês, mais de 50 milhões de reais de seus empregados.

Enquanto isso na negociação do acordo coletivo



- Esses caras só pensam em retirar e diminuir direitos!

Pais e mães permanecem no plano Postal Saúde até dia 31 de julho

No ano passado, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os pais e mães seriam excluídos do Plano de Saúde, exceto os que se encontrassem em tratamento médico/hospitalar.

Na ocasião, os ministros da SDC também decidiram que pais e mães poderiam permanecer usufruindo do plano, nos moldes já existentes, até 31 de julho de 2019. Após esse período, eles poderiam ser incluídos em plano a ser negociado entre os Correios e as partes.

O SINTECT-MS recomenda aos ecetistas cujo o pai e/ou a mãe estão em tratamento médico que não pode ser interrompido que solicite ao médico um laudo, constando o nome completo do pai ou da mãe, CPF e o tratamento médico que esteja realizando, guarde este laudo e aguarde as futuras orientações.

Segundo a presidente do SINTECT-MS, Elaine Regina Oliveira, a questão dos pais e mães no plano de saúde ainda é objeto de discussão e negociação junto ao TST. “Desta forma a orientação é que, em posse

do laudo, se aguarde o andamento das negociações. Tão logo tenha algum resultado enviaremos informes com as orientações”, diz.

